



FEV. 2010

ESQUERDA

PUBLICAÇÃO MENSAL DO BLOCO DE ESQUERDA | www.esquerda.net | nº 37 | 1€



MAIS APOIO


REGRAS JUSTAS

**ACESSO AO SUBSÍDIO COM
SEIS MESES DE DESCONTOS
NO ÚLTIMO ANO**

PAG.23

> POLÍTICA

ENTREVISTA
A CATARINA MARTINS



*Política Cultural:
"Com menos,
fez-se obviamente
menos". Pag.8*

> INTERNACIONAL

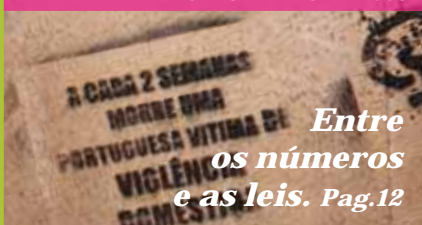
DEPOIS DE PROMESSAS DE RETIRADA, AS
TROPAS DE OBAMA CONTINUAM NO TERRENO



*O americano
tranquilo
Pag.14*

> SOCIEDADE

VIOLÊNCIA CONTRA
AS MULHERES EM 2009



*Entre
os números
e as leis. Pag.12*

8 Janeiro 2010

Aprovado o casamento
entre pessoas do mesmo sexo

FOTO DE PAULETE MATOS



POLÍTICA

04. PROFESSORES: Acordar depois do "acordo".

Por Miguel Reis

05. 2010. A crise continua.

Por Francisco Louçã

06. Sócrates à boleia.

Por Luís Fazenda

08. Entrevista a Catarina Martins

Por Luís Branco

SOCIEDADE

08. O 1º Dia do fim da discriminação.

Intervenção de Helena Pinto.

06. Violência contra as mulheres em 2009. Entre os números e as leis.

Por Sofia Roque.

INTERNACIONAL

14. O americano tranquilo.

Por Uri Avnery

17. O garrote de Gaza.

Por José Goulão

18. Forças do comunismo.

Por Daniel Bensaïd

LOCAL

21. Jornadas Parlamentares

Por André Pires

22. Breves

ESQUERDA :: PROPRIEDADE E REDACÇÃO: BLOCO DE ESQUERDA, AV. ALMIRANTE REIS Nº 131 - 2º, 1150-015 LISBOA
DIRECTOR: CARLOS SANTOS REDACÇÃO: LUÍS LEIRIA, LUÍS BRANCO, ANDRÉ PIRES, GUSTAVO TOSHIKI, SOFIA ROQUE EDIÇÃO GRÁFICA: RITA GORGULHO EDIÇÃO FOTOGRÁFICA: PAULETE MATOS
IMPRESSÃO: RAINHO & NEVES, LDA / STA. Mª DA FEIRA REGISTO ERC: 1254851 TIRAGEM: 3000



EDITORIAL
Carlos Santos

PRESIDENCIAIS JÁ COMEÇARAM

Dentro de um ano teremos de novo eleições presidenciais. São umas eleições complicadas para a esquerda, já que o actual Presidente, Cavaco Silva, deverá concorrer a um segundo mandato e, nos 35 anos da democracia portuguesa, todos os presidentes foram reeleitos.

Atempadamente, na sua última convenção, o Bloco de Esquerda definiu, e bem, "a necessidade de uma candidatura presidencial de convergência o mais ampla possível para a luta política da esquerda". Concretizando-se essa candidatura o Bloco deverá apoiá-la, se tal não acontecesse o Bloco provavelmente seria obrigado a apoiar uma candidatura da sua área política.

No dia 15 de Janeiro, Manuel Alegre mostrou-se disponível para se candidatar à Presidência da República. É uma boa novidade. Nos últimos quatro anos, o antigo deputado socialista e vice-presidente da Assembleia da República destacou-se pela sua opinião independente e por se ter oposto com outros deputados socialistas aos ataques do governo Sócrates ao Serviço Nacional de Saúde, ao Código de Trabalho, aos professores. Alegre é e sempre foi militante do Partido Socialista, é natural que venha a ter o apoio do seu partido. Mas Manuel Alegre mostrou igualmente, nomeadamente nos últimos quatro anos, que é uma personalidade independente da direcção do seu partido e sobretudo do governo. As reacções enraivecidas contra ele, de Vitalino Canas e de alguns outros dos deputados do PS situados mais à direita, comprovam isso mesmo: que Alegre tem uma posição própria e que tem procurado fazer convergências à esquerda. O Bloco de Esquerda só pode ver positivamente a disponibilidade de Manuel Alegre se candidatar e manifestar o apoio a essa intenção de candidatura, como já decidiu a sua mesa nacional.

A disputa das presidenciais começou já, vai ser uma dura batalha que provavelmente se resolverá logo à primeira volta. Nesse combate a esquerda confronta-se com uma forte candidatura de direita, a do actual presidente apoiado por PSD e CDS. É uma candidatura conservadora, defensora do sistema que levou à crise que vivemos.

Alegre que há quatro anos mobilizou mais de um milhão de votos, apesar de não contar com o apoio do PS, pode protagonizar uma candidatura de combate às injustiças e de defesa do Estado Social.

Só uma candidatura claramente demarcada da política que Cavaco representa, pode mobilizar o eleitorado e disputar as eleições. Manuel Alegre pode constituir essa candidatura.

Professores:

Acordar depois do “acordo”

POR MIGUEL REIS



O “acordo” assinado entre o Ministério da Educação e os sindicatos traduz uma derrota inequívoca das políticas de Sócrates. Só que o maior erro dos professores seria encará-lo como uma anestesia, inibindo a continuação de uma luta que tem mostrado valer a pena.

Na era da prioridade ao défice e às políticas de austeridade - designações pomposas que o neoliberalismo descobriu para disfarçar os cortes sociais e o desinvestimento nos serviços públicos - poucos apostariam que o governo fosse ceder no osso das suas políticas. Mas foi a isso que foi obrigado por uma força imensa que inundou de revolta as avenidas de Lisboa e de todo o país. Se dúvidas persistem do tamanho da derrota deste governo, o insuspeito Vital Moreira já se encarregou de as desfazer.

Em 2007, Maria de Lurdes Rodrigues foi a cara de um novo Estatuto da Carreira Docente que impedia dois terços dos professores de atingirem o topo da carreira. O Ministério das Finanças assim o impôs. Era preciso poupar, diz a cartilha. Curiosamente, esta divisão da carreira entre professores e professores titulares levou “apenas” 25 mil docentes à rua, um número muito expressivo mas bem longe do que se veio a registar depois.

Contudo, foi a insensatez do modelo de avaliação, ancorado na competição entre professores, que fez transbordar o copo. As gigantescas manifestações que se seguiram começaram por ser apenas um grito contra a burocracia. Só muito depois ganharam ambição e acertaram no osso: era preciso terminar com a divisão arbitrária da carreira em duas categorias. A diferença entre o “memo-

rando de entendimento” - de má memória para a maioria dos professores - e este “acordo” é que, no primeiro caso, o governo recuou apenas no acessório. Aliás, todos os famosos “simplex” que se seguiram foram areia para os olhos para esconder aquilo que Sócrates queria deixar intacto: “pronto, pronto, tomem lá uma avaliação da treta, desde que se mantenham as quotas e não tenhamos que mexer na divisão da carreira”. Ou, mais precisamente: “sejam bons ou maus professores à vontade, mas não nos abram o cofre”. Porque, desenganam-se os mais ingénuos, para o governo o problema nunca foi se os professores eram bem ou mal avaliados nem se os alunos aprendiam bem ou mal. Desta vez, a história é diferente: o fim da maioria absoluta obrigou Sócrates a abrir o cofre, algo que só está habituado a fazer quando os pedintes são banqueiros. Agora, todos os professores voltam a poder chegar ao topo da carreira, mesmo que em condições bem piores (34 a 40 anos de serviço) do que aquelas que vigoravam antes de 2007 (27 anos de serviço).

É também verdade que não há outro sector da função pública que tenha conseguido manter este direito. Isso não significa que os professores não tenham razão, mas tão só que eles foram até agora os únicos capazes de uma resistência tão imponente contra o neoliberalismo e os seus precipitados dogmas. Aguardará o governo oportunidade melhor para voltar à carga com a austeridade. Infelizmente, os professores contratados ou a recibo verde - muitos deles há vários anos fora da carreira mas necessários às escolas - continuam a ser o alvo preferido e silencioso. Se Sócrates não pode poupar tanto quanto desejava com os professores de carreira, resta-lhe continuar a adiar a entrada dos precários, os mais desprotegidos tanto pela

tutela como pelos sindicatos.

Sublinhe-se no entanto que, se este “acordo” vale pela derrota do governo e pela vitória dos professores, está ainda muito longe de garantir uma escola pública melhor. O modelo de avaliação docente, para lá de estar sujeito à arbitrariedade das quotas nas notas mais elevadas, promove a cunha e a competição. Mais ainda, com ciclos avaliativos de dois anos, arrisca-se a fazer das escolas centros de avaliação de professores - todos se vigiam com aulas assistidas - em vez de espaços centrados nos alunos. Já para não falar no autocrático modelo de gestão, que quer fazer do director o capataz governamental em cada esquina.

O “acordo” traduz uma vitória dos professores, mas não é um compromisso que proíbe ou inibe a continuação deste combate. Porque se a contrapartida deste “acordo” é o baixar de armas, ele vai valer muito pouco no futuro. Ao contrário do que as palavras de Mário Nogueira parecem sugerir, os professores não devem lavar as mãos da responsabilidade das próximas lutas, entregando-as aos partidos ou diluindo-as na função pública em geral. Isto aplica-se tanto aos aspectos negativos do “acordo” como às matérias sobre as quais o “acordo” não versa.

É preciso pois acordar do sono induzido pelo “acordo”, e, naturalmente do cansaço de um combate que já tem mostrado que vale a pena. É preciso acordar, não apenas pela valorização da carreira docente, mas cada vez mais para lutar por uma escola diferente: uma escola que não desiste de nenhum aluno e com recursos para garantir um sucesso escolar real - e não estatístico - para todos. Essa nova escola implica grandes mudanças e, inevitavelmente, não se faz sem ir ao cofre outra vez, custe o que custar.



2010. A crise continua

POR FRANCISCO LOUÇÃ

Os riscos sistémicos de economias presas a sistemas financeiros que flutuam sobre mares de activos tóxicos repercutem-se na economia portuguesa porque dominarão as grandes economias no ano de 2010.

“Acabou a recessão técnica”, clamava o primeiro-ministro no Verão. Desde então repetiu sempre o mesmo: tudo resolvido, o governo fez o que tinha a fazer, o país voltou aos carris do progresso.

Só que havia nesta história, como na da morte da Mark Twain, um ligeiro exagero. Em primeiro lugar, porque este critério de “recessão técnica” é um critério técnico para esconder a recessão. Com estas contas, uma economia pode estar a decrescer e a criar desem-

prego durante anos seguidos e estar “tecnicamente” fora da recessão. Este conceito é ignorante e enganador.

Em segundo lugar, o governo escondeu os números do descalabro orçamental, consequência do aumento das despesas e diminuição de receitas que o prolongamento da recessão inevitavelmente provoca. Foi precisamente quando proclamava que tinha “terminado a recessão técnica” que o governo pediu um orçamento rectificativo para aumentar a dívida pública este ano em quase 10% do PIB. Veja-se um detalhe das contas enganadoras: neste momento, as contas públicas não registam o buraco do BPN (que haverá de andar entre os 2 e os 3 mil milhões de euros quando se apurarem as contas finais) e só regista um activo, os 380 milhões de euros da conta de participações do Tesouro, que correspondem ao capital social do banco, mesmo que este não valha nada. O pior das contas ainda está para vir.

Finalmente, a crise continua por

uma outra razão. É que, ao longo de toda a década, o crescimento da economia foi medíocre, a divergência europeia acentuou-se e o desemprego estrutural de longo prazo agiganta-se. Nesta economia dependente de outras, nem as exportações crescem nem a produção se reconverte.

Assim, os riscos sistémicos de economias presas a sistemas financeiros que flutuam sobre mares de activos tóxicos repercutem-se na economia portuguesa porque dominarão as grandes economias no ano de 2010. O risco de nova recessão continua muito significativo.

A crise continua, ainda, porque o fracasso dos senhores da economia é a maldição nacional: Belmiro de Azevedo preocupa-se com a imposição das 60 horas semanais nos hipermercados e centros comerciais, e Américo Amorim preocupa-se com as rendas que o Estado lhe garante. Nem emprego, nem qualificação, nem inovação, nem justiça na economia. Essa é a crise de 2010.



Sócrates-kamikaze, precipitando legislativas, entregaria o governo de bandeja... punido pelos mesmos sectores que ambicionam a estabilidade a qualquer custo.

Sócrates à boleia

POR LUÍS FAZENDA

1. Tem sido apontado o artificialismo das querelas entre Cavaco Silva e José Sócrates. Deve compreender-se que no vaivém dos vetos presidenciais, em matéria de direitos civis, autonomias regionais, assuntos militares e de segurança, confrontam-se protecções eleitorais do presidente e do primeiro-ministro. Ambos são candidatos a eleições, em continuidade e disponibilidade exclusiva. Falam para eleitorados potenciais. Na história da democracia portuguesa pós-Abril, nem a cena é inédita, basta recordar os mandatos presidenciais, nem prenuncia qualquer conflito institucional. A imprensa ávida de tomar a sub-frase e a picardia como “disputa de poder”, pode comparar a “elegância” das relações entre presidentes e primeiros-ministros, só idos, Eanes e Soares, Soares e Cavaco Silva. A luta política não é mesmo um redondo vocábulo.

Ao que conta, Cavaco Silva e Sócrates convergem nas regras das finanças públicas, na legislação económica e social, na política interna europeia e na política externa pró-NATO, ou seja, no essencial da governação.

As guerrinhas das “escutas” e das

propaladas “intrigas”, são efeitos pacóvios de políticos medíocres. A “má moda” anda por muito lado nestes dias...

Simplesmente, a cooperação estratégica prevista por Cavaco Silva não é uma coabitação. Chega-lhes um ponto de encontro.

2. Chama-se a atenção para o óbvio. Cavaco Silva tem eleições próximas, a um ano. Ganhou o seu primeiro mandato à tangente. Quer confederar a direita e somar votos ao centro. Os seus (dele) apelos ao compromisso podem cheirar a união nacional mas é ao bloco central que acende a vela. Com Papa por cá. Mas pergunta-se: e Sócrates não quer (ele) eleições antecipadas na primeira oportunidade que os prazos constitucionais lhe permitam? Por que o faria? Cavaco-candidato não lhe dá esse pretexto em nome da estabilidade e do expectável apoio de “classes médias”. Sócrates-kamikaze, precipitando legislativas, entregaria o governo de bandeja... punido pelos mesmos sectores que ambicionam a estabilidade a qualquer custo. Fora das especulações jornalísticas sobra apenas um pouco surpreendente empate. Isto é: a evolução na continuidade.

3. Como vamos de bloco central?

O PSD conspira com o Governo para esvaziar a luta dos professores, aprovam no Parlamento o processo de apaziguamento PSD/PS. O PSD viabilizou o segundo orçamento rectificativo de 2009, até com cheque à Madeira. O PSD já deixou cair bandeiras eleitorais como o alargamento do subsídio de desemprego, o fim da co-incineração, ou quaisquer outras que possam assemelhar-se às horríficas “coligações negativas”, que o PS pinta com as cores do apocalipse. Mesmo na lei de finanças regionais, um míssil do PSD/Madeira, tenta o estado-maior laranja um acordo de governo. Ficará o código contributivo da segurança social suspenso por um ano - o que são trocos para o orçamento. E neste piscar de olhos aos nano-micros empresários, de meias com o CDS, nem sequer é certo o destino do “pagamento especial por conta” do IRC.

A líder do PSD, uma espécie de holograma político, tem estendido a mão. Já sublinhou, imagine-se!, que não a norteia o combate ao défice orçamental mas a redução do endividamento. A prioridade que (ela) preconiza de apoio ao sector exportador e, em geral, pela produção de bens transaccionáveis, choca-se com a canalização de

crédito disponível para grandes obras públicas. Esta divergência, a substância do confronto eleitoral das últimas legislativas, reproduz ao nível político uma fractura existente na classe capitalista. A crise financeira internacional apertou em muito o acesso ao crédito. O governo salva a banca, e o crédito às construtoras e indirectos, grosso modo, e a torneira fecha-se a outras indústrias e serviços conexos. Este é o miolo do negócio entre partes, ou talvez não, se o pragmatismo do PSD se limitar a dar pavio ao PS, na expectativa de que queime alguma coisa para factura eleitoral.

O PSD, acossado por igual pretensão do CDS, quer negociar a viabilização do OE para 2010.

4. Tal como o PSD, o CDS quer averbar pontos no seu cartão. Tantos mais pontos quanto a estabilidade possa “parecer” obra das suas iniciativas. O Graal na direita é a busca pela recomposição partidária e por um programa fortemente conservador, uma demanda algures entre Sarkozy e Berlusconi. O CDS quer ser parceiro e não apenas sócio. A negociação do “caderno de encargos” do CDS junto de Sócrates dá-lhe tempo e espaço para exalar oxigénio quando a nuvem carbónica envolve o PSD.

Sócrates vai à boleia da direita. Assim é a proximidade de interesses, por muito que o mau génio das personalidades o tente apagar.

5. O que é grave é a dramatização de falsos cenários, a tragicomédia de hipotéticas eleições antecipadas em 2010, para ocultar na atenção da opinião pública o desemprego galopante, a santa aliança do código de trabalho contra os direitos laborais, o colapso dos impostos por fuga para off-shores, os negócios contra o Estado nas parcerias público-privadas, a permissividade com a corrupção onde qualquer sucata tem a alquimia do ouro.

O que é grave é que há milhares de milhões de euros para acudir ao capital, sob diversas formas, e o PS impede o alargamento do subsídio de desemprego, supostamente porque custaria 600 milhões ao erário, contas não confirmadas, para 300 mil vítimas da crise e respectivas famílias!

6. Ingénuos ou crentes, ou gen-

O que é grave é a continuidade das políticas liberais do Governo PS, sob o beneplácito da direita. A crise social agudiza-se, o fracasso está estampado no rosto e nos nervos do executivo. A fuga para a frente é o choque social - essa é a cafeína do ministro das finanças.

te de má fé, há quem acuse a esquerda de não negociar com o Governo do PS. Retenho que algumas pessoas podem querer lavar a consciência do Governo, ou estipular um jogo tático, nota-se por exemplo nos textos de Soares. É curioso, mesmo assim, que não tenham tocado campanhas quando Sócrates propôs coligação governativa, ou acordo parlamentar, a qualquer um e a todos. A direita percebeu o sinal. É curioso também que todos esses críticos nem sequer esboçaram uma exclamação quando o Executivo de Sócrates se recusou a discutir com o Bloco de Esquerda políticas concretas, leis concretas, medidas mais que concretas. A direita percebeu o sinal.

A verdade é que Sócrates quer clivar com os partidos à esquerda. Necessidade política é certo. Mas sobretudo por cálculo eleitoral, a bipolarização como chantagem pode ser o confisco dos votos à sua esquerda, pensa-se no Largo do Rato. A luta social e o desastre governativo vão porém ditar a onda contrária, a de castigo ao primeiro-ministro anti-esquerdas. O desemprego vai falar. São 700 mil pessoas.

7. Tem um toque de soberba, pouco sofisticado concede-se, quando o primeiro-ministro acusa o Bloco de Esquerda de “só” querer atacar o Partido Socialista. Na verdade o programa de governo (do qual deriva governabilidade, repare-se...) que o B.E. sufragou apresenta políticas de igualdade, medidas sociais, elementos de democracia na Europa, propostas de distensão e paz internacionais, que são incompatíveis com o programa do PS e de toda a direita, afinal com o arco do poder

vigente, a ordem política subjugada ao mercado. As “sociais-democracias”, as “terceiras-vias”, tudo isso já lá vai. O liberalismo é mais ou menos extremado, às vezes os protagonistas confundem-se, basta olhar a cartografia europeia.

No auge da crise do capitalismo (2007-2009) tinha a sua graça assistir ao talante do PS reclamar do neoliberalismo e das suas desgraças. Mais ou menos imitando os banqueiros que zurziam nos supervisores dos bancos centrais, tudo gente de parentela à pureza. Qualquer ilusão em que este PS é reformável esbarra com uma imparidade pior do que a que resultou dos activos tóxicos na (in)solvência dos bancos. Veja-se: é longa a lista de dirigentes do PS que nos últimos 20 anos participou activamente no modelo privatizador, a todos os níveis, de pequenas a grandes empresas, aos serviços públicos. Do Estado, da Região dos Açores, dos municípios.

A osmose empresarial do PS, em sentido político assim o friso, e para o caso chega, dita a sua política. Os negociantes do Estado não são os reformadores do Estado, para que pilote o mercado e combata a desigualdade.

8. No próximo debate orçamental 2010 o Bloco de Esquerda não se demitirá de levar a votos as reivindicações sociais de urgência e os meios fiscais correspondentes. Não nos intimida a pressão. Não cedemos aos ataques políticos e pessoais, dos mais mesquinhos, em que tem sido pródigo o partido governista. Contudo, convém aclarar um ponto: a teoria de que a Assembleia da República não pode alterar a proposta de orçamento do Governo, ou entre orçamentos não pode votar incidências nos orçamentos futuros, é completamente inconstitucional. É o Governo que depende do Parlamento e não o inverso. Mesmo com maioria absoluta, de um ou mais partidos apoiantes do Governo, a responsabilidade orçamental é sempre da Assembleia. Ainda mais, assim será quando estamos em presença de um Governo minoritário que quer torcer o veredicto popular. O Povo não confiou a maioria ao PS, ponto final. Chantagear o Parlamento, sob qualquer pretexto, não é um mero truque político, mas um golpe no regime democrático.



ENTREVISTA A CATARINA MARTINS

Política Cultural: “Com menos, fez-se obviamente menos”

ENTREVISTA DE LUÍS BRANCO. FOTO DE PAULETE MATOS

De Janeiro a Março, o Bloco de Esquerda promove um Roteiro sobre Cultura com sessões públicas em vários distritos. Em entrevista ao “Esquerda”, a deputada Catarina Martins fala da preparação das iniciativas legislativas e afirma que pelas contas do governo “nem em 2012 se chegará sequer a 0,6% do Orçamento de Estado” para a Cultura.

Nos primeiros meses do ano vais percorrer o país numa série de encontros sobre políticas culturais. Qual é o objetivo desta iniciativa?

O Bloco de Esquerda tem uma visão de Cultura enquanto serviço público e propõe-se apresentar iniciativas legislativas de acordo com esta visão; políticas que garantam o direito constitucional da população à fruição cultural e que criem as condições para o desenvolvimento sustentado da arte e da cultura em todo o território. A política de eventos e de inaugurações tem de ser substituída por medidas estruturantes.

Esta iniciativa pretende recolher os contributos dos agentes culturais de todo o país, para produzir iniciativas legislativas que respondam aos problemas e à diversidade de situações no ter-

reno. Estes encontros são também uma oportunidade para Grupo Parlamentar e autarcas do Bloco de Esquerda trabalharem em conjunto sobre questões de política cultural, já que este é um sector em que o papel das autarquias é fundamental.

Começaste este roteiro pelo Porto. Quais foram as principais preocupações que recolheste dos agentes culturais no distrito que te elegeram?

Foi consensual a necessidade de uma política estruturada, de programas de financiamento plurianual, de clarificação das responsabilidades do Estado e de aprofundamento da autonomia dos equipamentos. Em relação aos teatros municipais foi muito reivindicada a criação de uma verdadeira rede e de instrumentos legislativos que

façam exigências ao nível das equipas, dos projectos e da transparência.

É notória uma grande preocupação com os “artistas em fuga”, que desistem de trabalhar no distrito onde se formaram – o Porto tem muitas escolas artísticas e muito conceituadas – por falta de condições para desenvolverem o seu trabalho. Foram ainda temas o desaproveitamento da capacidade de produção audiovisual do Porto, a falta de estruturas de proximidade – como a biblioteca de bairro – e de conteúdos culturais na televisão, bem como o desaparecimento da arte dos currículos escolares; tudo factores que afastam a população de uma vivência quotidiana da arte e da cultura e impedem o desenvolvimento do sector cultural.

Muitos dos presentes exprimiram ainda preocupação com a falta de conhecimento do que existe por parte do Ministério da Cultura, que lança pro-



<http://cultura.bloco.org>

Direitos e Intermitência

No início da actual legislatura o Bloco de Esquerda apresentou um projecto lei para dar resposta à necessidade urgente de protecção social destas/destes profissionais. Um passo essencial de afirmação dos seus direitos, mas apenas um primeiro passo. Queremos nos próximos meses apresentar propostas legislativas que respondam directamente às especificidades do sector. Contamos com a participação de todas e todos.

AGENDA

Janeiro

25 – Viana do Castelo (17h30) e Braga (21h30)

Fevereiro

1 – Coimbra (17h30) e Viseu (21h30)

8 – Vila Real e Bragança

13 – Guarda e Castelo Branco

20 – Santarém (18h)

22 - Leiria (18h)

27 - Évora, Beja e Portalegre (17h)

28 - Faro (18h)

Março

9 – Setúbal (18h)

16 - Lisboa (16h - AR)

jectos sem levantamento do terreno e sem qualquer plano estratégico, bem como pela adopção pelo Estado do discurso falacioso das indústrias criativas que está a servir de pretexto para abandonar a cultura à lógica de mercado.

O Orçamento de Estado para a Cultura está longe do 1% que o Bloco reclamou na campanha eleitoral e até José Sócrates reconheceu que a legislatura anterior foi negativa nesta área. Pelo que vês nestes primeiros meses, acreditas que o governo quer aproveitar a segunda oportunidade?

Há 5 anos, na campanha para a legislatura passada, Sócrates prometeu 1% do Orçamento de Estado para o Ministério da Cultura. Mas, como todos sabemos, o orçamento nunca subiu, só desceu. Tivemos mesmo um Ministro que irresponsavelmente afirmou que faria mais com menos. Com menos, fez-se obviamente menos. E até Sócrates acabou por admiti-lo no final da legislatura. E avançou para nova campanha com nova promessa, ainda que desta vez sem se comprometer com qualquer meta.

A nova Ministra da Cultura começou bem melhor a sua intervenção

pública, afirmando que com menos não se fazia mais e que obviamente o orçamento do seu ministério seria reforçado. Mas este optimismo cedo deu lugar a um discurso que infelizmente já todos conhecemos; a crise não permite mais investimento e, afirmou a Ministra na audição da Comissão Parlamentar, duplicar o orçamento em 4 anos é já um sonho. Ou seja, nem em 2012 se chegará sequer a 0,6% do OE!

Mas, infelizmente, o susto não pára aqui. A Ministra da Cultura afirma que quer novos modelos de gestão e parece depositar uma grande confiança na iniciativa privada, quando, na verdade, o mecenato em Portugal não existe de forma estruturada; algumas empresas investem em alguns grandes projectos do Estado, cada vez mais numa perspectiva de investimento em marketing e de uma forma absolutamente subsidiária.

Perceber que nos próximos anos o Ministério da Cultura tenciona lançar mais projectos, com um orçamento parecido com o que tem tido e confiante que serão os privados a assumir a responsabilidade de financiamento do sector, é muito preocupante.

Os profissionais do espectáculo esperaram até 2008 para verem reconhecido um estatu-

to laboral, para muitos ainda insatisfatório. Podemos contar com iniciativas legislativas do Bloco neste domínio?

A Lei 4/2008 não reconhece na verdade qualquer estatuto laboral; continuamos sem protecção social na intermitência e sem certificação profissional. Para os trabalhadores, que continuam em muitos casos presos aos falsos recibos verdes, nada se resolveu. A situação, pelo contrário, agravou-se.

O Bloco de Esquerda mantém-se empenhado na criação de um estatuto para estes profissionais. Apresentámos já um projecto lei sobre protecção social para os profissionais do espectáculo e do audiovisual e um outro para dar resposta ao “desgaste rápido” na área do bailado clássico e contemporâneo.

Mas não ficaremos por aqui; queremos ainda voltar a apresentar propostas relativas ao regime de contrato de trabalho, à semelhança do que fizemos em anteriores legislaturas, bem como aprofundar as respostas ao nível da protecção social e fazer avançar a certificação profissional. Criámos mesmo um fórum online que será uma importante ferramenta para a elaboração das iniciativas legislativas neste domínio; é um espaço de troca de informação para o qual convidamos todos a dar o seu contributo (<http://cultura.bloco.org>).

O 1º dia do fim da discriminação

INTERVENÇÃO DE HELENA PINTO NO PARLAMENTO, DIA 8 DE JANEIRO

Hoje o parlamento inicia o processo legislativo para assegurar a todas as pessoas o direito ao casamento. É o primeiro dia do fim de uma das discriminações contra os gays e as lésbicas. Hoje haverá mais respeito por pessoas que têm sido diminuídas na sua vida. Hoje haverá um pouco mais de democracia.

Bem sabemos que a democracia sem discriminações indigna o pensamento reaccionário. Ainda hoje a direita sente a universalidade dos direitos como uma ameaça. A direita votou para manter a criminalização com três anos de prisão da mulher que abortasse. A direita votou contra a lei das uniões de facto. A direita votou contra a lei do divórcio. A direita é contra a liberdade individual. A direita é mesmo incorrigível: abomina a escolha livre das pessoas na esfera da sua vida pessoal e quer impor a discriminação como civilização. Por isso propõe um contrato civil que minoriza os homossexuais. E por isso aplaude a prioridade de um referendo que procura paralisar o país durante meses, como se o direito ao casamento de uma qualquer pessoa tivesse sido até hoje escrutinado por um referendo.

A extinção das discriminações significa que o Estado garante aos

cidadãos e cidadãs um estatuto de igualdade plena em direitos e deveres. Chegamos tarde a esta igualdade, e ainda há muita igualdade para conquistar, mas o respeito pela dignidade das pessoas só pode ser irreversível. Tenham a certeza, senhoras e senhores deputados da direita, que perderam no referendo do aborto e que perdem de novo quando a democracia nos ensina a todos que o respeito por todos é o princípio da civilização de todos.

Foi essa convicção sobre a necessidade de se corrigir a discriminação que levou o Bloco de Esquerda a agendar na anterior legislatura uma lei que garantia o acesso ao casamento civil para pessoas do mesmo género. Por mero sectarismo, o Governo recusou o que agora aceita.

Começaremos hoje, só hoje, a enfrentar esse gueto estigmatizante. E devemos fazê-lo na integralidade do

princípio da não discriminação em função da orientação sexual que, afinal, é um comando constitucional.

Preferiu no entanto o Governo associar o fim da discriminação do casamento à criação de uma outra discriminação através de um imbróglgio jurídico, impondo a proibição de os casais homossexuais se candidatarem à adopção.

Quero por isso falar-lhe com toda a clareza, senhor primeiro-ministro.

Para o Bloco de Esquerda, casamento e adopção são dois debates diferentes, e deviam ser tratados em leis diferentes como recomenda o bom senso.

O casamento depende da vontade de duas pessoas e é o seu direito. A adopção de uma criança é totalmente distinta, é o direito da criança. E é por isso regulado pelo Estado, que recusa a adopção por quem não tenha com-

petências parentais. E essa exigência afasta certamente da adopção muitos homossexuais como heterossexuais, sempre que não tenham capacidade para acolher e proteger a criança. Aliás, esse entendimento do superior interesse da criança é o dos tribunais, que não discriminam a orientação sexual, como o comprova a decisão de um Juiz que confiou no mês passado a tutela de duas crianças a um casal homossexual.

De facto, a adopção de crianças não depende do casamento. Pessoas casadas ou pessoas solteiras podem ser candidatas à adopção. Mas, segundo o Governo, as pessoas casadas só podem ser candidatas desde que sejam heterossexuais. Para o Governo, os casais

homossexuais são por natureza incapazes de constituir uma família para uma criança - e são incapazes porque são homossexuais.

E aqui começa o imbróglio. É que, para o Governo, os homossexuais podem casar-se - desde que aceitem humilhanamente que são cidadãos de segunda porque a sua vida os impede de serem candidatos à adopção.

Mas, desde que se divorciem, já podem candidatar-se a adoptar. Então, voltam a ser cidadãos de primeira.

Se viverem em união de facto e disso não fizerem muito alarde, podem candidatar-se à adopção. Se se casarem, nem pensar, cai-lhes o machado da proibição governista.

Este imbróglio é obviamente o resultado de uma inconstitucionalidade. O artigo 13º da Constituição garante o princípio da igualdade e, em consequência, que ninguém pode ser discriminado por razão da sua orientação sexual, e é grosseiramente violado, com hipocrisia, pela proposta do Governo.

Este debate é um debate sobre direitos, e esses direitos são a vida de muitas pessoas. A essas pessoas, a todas e a todos, garantiremos a dignidade e o respeito. Esse é o trabalho que começamos agora para uma lei de respeito pelas pessoas. Não será fácil. Nenhuma discriminação cedeu sem resistência. Mas a democracia é assim: vence e vencerá.

Cronologia dos direitos LGBT na Europa:

1951 - Bulgária descriminaliza a prática homossexual.

1961 - descriminalização na Checoslováquia e na Hungria.

1972 - Noruega descriminaliza a homossexualidade.

1982 - Portugal descriminaliza a homossexualidade.

1989 - Dinamarca institui uniões civis homossexuais que garantem os mesmos direitos presentes no casamento entre pessoas de sexo diferente.

1992 - A Organização Mundial da Saúde deixa de considerar a homossexualidade como doença.

1994 - Alemanha descriminaliza relacionamentos sexuais entre homens cancelando o Parágrafo 175.

2001 - Portugal institui a união civil para casais homossexuais, que vivem há mais de dois anos juntas (conhecida como União de Facto).

2001 - Os Países Baixos legalizam o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

2003 - Bélgica legaliza o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

2005, 5 de Junho - Suíça aprova em referendo nacional lei que institui uniões de facto entre homossexuais, com 58% de votos a favor. A legislação não permite a adopção de crianças ou a possibilidade de recorrer a técnicas de procriação medicamente assistida.

2005, Junho - O Congresso espanhol aprova lei que abre o casamento civil a casais constituídos por pessoas do mesmo sexo, bem como a possibilidade de adopção de crianças.

2005, 2 de Dezembro - O Parlamento belga vota na sua maioria a favor de um projecto de lei que permite a adopção de crianças por casais constituídos por pessoas do mesmo sexo.



FLICKR

2005, Dezembro - Celebram-se as primeiras uniões civis homossexuais no Reino Unido, na sequência de legislação aprovada em 2004.

2007 - O Congresso Espanhol aprova uma nova Lei da Identidade de Género, que permite aos transsexuais a mudança legal de identidade e do género com maior facilidade, diminuindo prazos de avaliação médica, entre outros.

2007, Novembro - Rainha de Inglaterra anuncia que os filhos nascidos biologicamente (por meio de fertilização artificial) de uma das parceiras de um casal de lésbicas, terão duas mães reconhecidas legalmente.

2008, Maio - Berlim inaugura memorial aos homossexuais vítimas do holocausto nazi.

2008, Junho - A Noruega aprova lei que legaliza casamento e adopção de crianças por casais homossexuais.

2009, Abril - A Suécia tornou-se no dia 1 de Abril o sétimo país da Europa a legalizar os casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

2010 - A 8 de Janeiro é aprovada, no Parlamento português, a lei que legaliza o casamento entre pessoas do mesmo sexo e insere simultaneamente uma discriminação no campo da adopção, proibindo-a a casais homossexuais.

Violência contra as mulheres em 2009

Entre os números e as leis

POR SOFIA ROQUE

Em 2009, os dados do Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR, ainda provisórios, contabilizam desde já, 25 mulheres assassinadas, 1 vítima mortal associada, 43 mulheres vítimas de tentativa de homicídio, 3 vítimas feridas na sequência dos homicídios e 23 vítimas na sequência das tentativas.

Segundo o relatório do primeiro semestre de 2009, da Direcção Geral da Administração Interna, disponibilizado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), foram registadas pelas Forças de Segurança, um total de 14.600 queixas de violência doméstica, o que corresponde a uma média de cerca de 81 queixas por dia, verificando-se um aumento de 12% face ao período homólogo do ano passado. Sabe-se que a larga maioria das vítimas (85%) é do sexo feminino e que quase dois terços destas (65%) possuía uma relação de tipo "conjugal" com o/a denunciado/a (em 17% existira essa re-

lação). Em 91% dos casos há a indicação da existência de situações anteriores de violência doméstica praticadas pelo/a mesmo/a denunciado/a em relação à presente vítima.

Em Outubro deste ano foi apresentado um estudo da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, divulgando que muitas vítimas de violência doméstica têm de viver escondidas mais de um ano até à conclusão do inquérito judicial o que revela a ineficácia da Justiça no combate ao crime que mais mata em Portugal. Além disto, também se sabe que apenas cerca de 2% das denúncias dão de facto origem a uma condenação.

Através deste cálculo frio da realidade, ficamos a saber que o número de mulheres assassinadas diminuiu, mas também que as queixas aumentaram embora não correspondam a um aumento de condenações. Há indícios de mudança mas não são satisfatórios.

Na verdade, da análise dos números resulta uma conclusão incontornável, a de que a violência doméstica é sobretudo violência contra as mulheres. Os números dizem-nos, portanto, que a dominação masculina existe, persiste e tem de ser combatida. Dizem-nos que precisamos de transformação, de emancipação, de organização social, de luta feminista.

Materializando-se em qualquer aspecto da vida, a violência contra as mulheres deve ser entendida e combatida como violência estrutural. É um tipo de violência cuja legitimidade aparece diluída e é transmitida através dos vários mecanismos de socialização que estão ainda dominados por uma moral patriarcal cujo véu é a formalidade da igualdade consagrada na lei e o discurso politicamente correcto.



São apenas sinais de que a violência doméstica começa a ser menos mortal e de que os mecanismos legais e de apoio social, ainda muito imperfeitos e insuficientes, existem e vão permitindo às mulheres não terem tanto medo e fazerem uma queixa. Mas serão sempre muitas as mortes, serão sempre muitas as queixas - não há mínimos aceitáveis.

Na verdade, da análise dos números resulta uma conclusão incontornável, a de que a violência doméstica é sobretudo violência contra as mulheres. Os números dizem-nos, portanto, que a dominação masculina existe, persiste e tem de ser combatida. Dizem-nos que precisamos de transformação, de emancipação, de organização social, de luta feminista.

O ano de 2009 começou com o agendamento da discussão no parlamento de vários projectos de lei sobre violência doméstica. A maioria PS aprovou o documento do Governo mas rejeitou as propostas do Bloco de Esquerda e do PCP. Não se registam avanços no combate à violência contra as mulheres.

A proposta do Governo foi acertadamente criticada por criar algo como o "estatuto da vítima", que depende do pedido da própria e sem o qual esta não tem acesso a vários apoios, pelo não reconhecimento da violência doméstica como uma forma de violência de género, por pôr em causa a necessidade de confidencialidade das casas abrigo e por causa da obrigação do chamado "encontro restaurativo".

Contudo, o debate político alar-

gou-se e centrou-se também em torno do projecto de lei do Bloco que não foi aprovado pela maioria PS, mas cujas propostas mereceram a aceitação das várias organizações que participaram na Audição Parlamentar sobre Violência Doméstica, promovida pelo Bloco em Fevereiro de 2009.

Em causa estavam as propostas da criação de Juízos Especializados nos Tribunais, da alteração do Código Penal, no sentido de se deixar de aplicar o conceito de crime continuado a crimes contra pessoas, uma vez que cada acto de violência deverá ser tratado como um crime isolado e não como um amontoado de ocorrências considerados depois no seu conjunto, e a da introdução de meios electrónicos de controlo à distância (pulseiras electrónicas) para fazer cumprir as ordens de afastamento dos agressores.

O Bloco não desiste das suas propostas e já anunciou que irá reapresentá-las para debate nesta legislatura. Uma outra questão virá à discussão também, a da limitação legal específica do crime de homicídio conjugal. Trata-se de uma alteração que permitirá julgar e prevenir os homicídios que resultam de uma violência específica, não apenas qualificada, e que é exercida por quem é muito próximo ou foi, implicando maioritariamente uma dominação de género.

No final de 2009, em Novembro, iniciou-se uma nova campanha, de âmbito internacional, promovida conjuntamente pela CIG, em colaboração com o Instituto Português da Juventude.

Uma campanha que tem por objectivo unir os 22 países ibero-americanos, em especial a juventude, no comprometimento contra a desigualdade e contra a violência de género através do movimento social "Maltrato Zero". Mesmo que não acompanhem os sucessivos governos descomprometidos com o combate à violência de género, estas iniciativas são positivas porque são fundamentais para a politização do problema, isto é, para a sua consciencialização e discussão pública.

O ano que passa ficou então marcado pela diferença dos números e pela oportunidade perdida no parlamento para melhorar a legislação e a própria Justiça, a par da importância das campanhas institucionais e do trabalho das organizações feministas que se revela permanente e consequente. Daqui para a frente, o novo parlamento poderá voltar a ser palco de disputa de medidas transformadoras mas as ruas terão de ser o espaço do movimento que tem de abrir, enraizar-se.

A violência contra as mulheres tem de invadir o espaço público, não através dos rostos envergonhados ou dos corpos batidos que passam, mas a partir do confronto com a verdade dos números e com as mentalidades, com a desconstrução dos conceitos e com a crítica dos costumes, com a imposição da escolha: entre a dominação e a igualdade, entre a opressão e a liberdade, entre a indiferença e a responsabilidade.

2010 poderá ser um ano de escolhas, se quisermos.



O Americano Tranquilo

POR URI AVNERY

Durante a campanha eleitoral, Obama prometeu, com entusiasmo febril de candidato, que aprofundaria a guerra no Afeganistão, como uma espécie de “compensação” pela retirada do Iraque. Hoje, está atolado no Iraque e no Afeganistão. Pior: está prestes a atolar-se, também, numa terceira guerra.

O ARTIGO ORIGINAL, EM INGLÊS, PODE SER LIDO EM WWW.ESQUERDA.NET.

O Americano Tranquilo é o herói do romance de Graham Greene sobre a primeira guerra do Vietname, na qual os franceses foram derrotados.

Era um norte-americano jovem e ingénuo, filho de um professor, que fora bem educado em Harvard, um idealista com todas as melhores intenções. Quando chega como soldado ao Vietname, queria ajudar os nativos a superar os dois principais males que via lá: o colonialismo francês e o comunismo. Sem saber coisa alguma sobre o país onde estava, provocou um desastre. O romance termina num massacre – resultado dos esforços desorientados do “americano tranquilo”. Comprovou-se a velha máxima: “A estrada para o inferno é pavimentada de boas intenções”.

Já se passaram 54 anos depois de esse livro ter sido escrito, mas parece que o americano tranquilo não mudou. Ainda é idealista (pelo menos, acredita que seja idealista), ainda deseja levar a redenção a povos estrangeiros distan-

tes sobre os quais nada sabe; e ainda provoca desastres terríveis: aconteceu no Iraque, no Afeganistão e agora, parece, no Líbano.



O exemplo do Iraque é o mais simples de todos.

Os soldados norte-americanos foram mandados para o Iraque para derubar o regime tirano de Saddam Hussein. Havia, é claro, outros objectivos menos altruístas, como assumir o controlo do petróleo iraquiano e instalar o exército dos EUA no coração da região petrolífera do Médio Oriente. Mas a aventura foi apresentada ao público norte-americano como empreitada idealista contra um ditador sanguinário que ameaçava o mundo com bombas nucleares.

Isso, há seis anos, e a guerra prossegue. Barack Obama, que se opôs à guerra desde o início, prometeu tirar os norte-americanos de lá. Apesar de muita conversa, não há fim à vista.

Porquê? Porque os que realmente tomam decisões em Washington não têm nem ideia do que é o país que querem libertar e ajudar a viver feliz para sempre.

Desde o início, o Iraque foi um Estado artificial. Os britânicos costuraram umas às outras várias províncias otomanas, considerando os seus, dos britânicos, interesses coloniais. Coroaram um árabe sunita como rei dos curdos, que não são árabes, e dos xiitas, que não são sunitas. Só uma sucessão de ditadores, cada um mais brutal que o antecessor, impediu que o Estado se esfacelasse.

Os planeadores de Washington não têm qualquer interesse na história, na demografia nem na geografia do país que invadiram com força brutal. O caso, olhado de Washington, pareceu bem simples: alguém teria de derrubar o tirano, estabelecer instituições democráticas à maneira dos EUA, fazer eleições livres... E tudo o mais entraria "naturalmente" nos eixos.

Ao contrário das expectativas, os norte-americanos não foram recebidos com flores. Não se encontrou lá a terrível bomba atómica de Saddam. Como o elefante na loja de porcelana do provérbio, quebraram tudo, destruíram o país e acabaram presos num pântano.

Depois de anos de operações militares sangrentas que levaram a parte alguma, encontraram afinal uma panaceia. Para o inferno o idealismo; para o inferno os altos ideais; para o inferno todas as doutrinas militares. – Hoje, os EUA não fazem outra coisa além de subornar os chefes tribais que, sim, são a realidade do Iraque.

O americano tranquilo não sabe como se safar de lá. Sabe que, se sair agora, há risco de o país se auto-desintegrar em matança geral.



Dois anos antes de invadir o Iraque, os norte-americanos invadiram o Afeganistão.

Porquê? Porque uma organização chamada Al-Qaeda ("a base") declarou-se autora da destruição das Torres Gémeas em Nova York. Os chefes da Al-Qaeda estavam no Afeganistão, era lá que estavam os seus campos de treino. Para os norte-americanos, tudo pare-

ceu simples – ninguém precisou pensar outra vez (de facto, parece, ninguém tampouco pensara antes).

Se os EUA conhecessem o país que decidiram invadir, talvez tivessem hesitado. O Afeganistão é um histórico cemitério de exércitos invasores. Grandes impérios saíram de lá com o rabo entre as pernas. Diferente do Iraque, que é plano, o Afeganistão é país montanhoso, um paraíso para a guerra de guerrilhas. Além de ser lar de vários povos e de incontáveis tribos, cada povo e cada tribo é furiosamente zeloso da própria independência.

Os estrategistas em Washington não tomaram conhecimento de nada disso. Para eles, parece, todos os países são idênticos, todas as sociedades são iguais. No Afeganistão, também, bastaria estabelecer uma democracia livre à moda dos EUA, com eleições à moda dos EUA e viva! – tudo daria certo e para sempre.

O elefante entrou na loja de porcelanas sem pedir licença e obteve vitória estrondosa. A Força Aérea "bombou", o exército não encontrou obstáculos, a Al-Qaeda sumiu como fantasma, os talibans ("estudantes religiosos") fugiram como coelhos. As mulheres poderiam voltar a andar pela rua sem véus, as meninas encheriam as escolas, os campos de ópio voltariam a florescer – e também floresceriam sem obstáculos os amigos de Washington em Cabul.

Contudo... a guerra prossegue, ano após ano, o número de norte-americanos mortos sobe inexoravelmente. Para quê? Ninguém sabe. É como se a guerra tivesse adquirido vida própria, sem quê nem por quê, sem objectivo, sem razão. Norte-americano que esteja no Afeganistão e olhe em volta, tem de perguntar-se: o que diabos estamos a fazer aqui?



O objectivo imediato, a expulsão da Al-Qaeda do Afeganistão, foi ostensivamente alcançado. A Al-Qaeda já não está lá – supondo-se que algum dia tenha estado.

Escrevi certa vez que a Al-Qaeda é invenção dos EUA e que Osama Bin-Laden foi descoberto pela central de selecção de actores de Hollywood e mandado para fazer aquele papel. Osama Bin-Laden é perfeito demais para

ser autêntico.

Claro, estou a exagerar um pouco. Mas só um pouco. Os EUA precisam sempre de um inimigo universal. No passado, foi o Comunismo Internacional, cujos agentes eram vistos atrás de cada árvore, por baixo de cada tábua do assoalho. Infelizmente, já não há União Soviética, há falta de inimigo, alguém teria de preencher o papel. Foi quando acharam a jihad planetária, encarnada na Al-Qaeda. Esmagar o "Terrorismo Universal" passou a ser a razão de ser de tudo o que os EUA fazem.

Essa razão de ser não é razão; como objectivo, é irracional. O terrorismo é arma, instrumento de guerra. As mais diferentes organizações fazem uso do terror, há terror dos dois lados em luta nos mais diferentes países, cada lado com o seu objectivo diferente e muitas vezes oposto a todos os demais; há terroristas de todos os lados. Fazer guerra universal contra "o terror internacional" é como fazer guerra a alguma "artilharia internacional" ou a alguma "marinha internacional".

Não há, no planeta, nenhum movimento terrorista universal liderado por Osama Bin-Laden. Graças aos EUA, "Al-Qaeda" tornou-se griffe prestigiada no mercado da guerrilha, assim como "McDonalds" e "Armani", no mundo do fast-food e da moda. Cada militante de organização islâmica pode hoje apropriar-se da griffe, mesmo sem pagar royalties a Bin-Laden.

Os governos controlados pelos EUA, que sempre rotularam de "comunistas" os seus inimigos locais, para obter ajuda dos patrões norte-americanos, hoje rotulam os seus inimigos locais de "terroristas da Al-Qaeda".

Ninguém sabe onde está Bin-Laden – nem se existe ou está vivo. Ninguém sabe, sequer, se está no Afeganistão. Há quem diga que se mudou para o vizinho Paquistão. E mesmo que lá esteja: que fundamento há em alguém fazer guerra e matar milhares de homens, mulheres e crianças... Para caçar um único homem?

Há os que dizem: OK, Bin-Laden não existe. Mas é preciso impedir a volta dos Talibans ao governo do Afeganistão. Por que, santo Deus?! Quem são os norte-americanos que mandam no Afeganistão? Querem o quê? Pode-



se ter todos os argumentos do mundo contra todos os fanáticos religiosos do mundo, e contra os Talibans especificamente e, mesmo assim... Seria motivo para essa guerra interminável?

Se os afegãos preferem ser governados pelos Talibans, em vez dos mercadores de ópio que hoje estão no poder em Cabul... o problema é deles! E parece que, sim, que preferem os Talibans, dado que, como antes e até hoje, os Talibans outra vez controlam praticamente todo o país, ou quase isso. Nada justifica uma guerra como a do Vietname, no Afeganistão. OK, mas... e como é que os EUA sairão de lá? Obama não sabe.

Durante a campanha eleitoral, Obama prometeu, com entusiasmo febril de candidato, que aprofundaria a guerra no Afeganistão, como uma espécie de "compensação" pela retirada do Iraque. Hoje, está atolado no Iraque e no Afeganistão. Pior: está prestes a atolar-se, também, numa terceira guerra.



Nos últimos dias, o nome do lémen está em todas as manchetes. lémen – um segundo Afeganistão, um terceiro Vietname. O elefante está pronto para entrar noutra loja de porcelanas. Desta vez, tampouco está preocupado com a porcelana.

Sei pouco sobre o lémen, mas sei o suficiente para entender que só um

doido teria qualquer interesse em deixar-se enredar lá. É mais um Estado artificial, composto de metades incompatíveis – o país de Sanaa no norte e o sul (ex-britânico). A maior parte do país é montanhosa, controlada por tribos belicosas que defendem todas a própria independência. Como o Afeganistão, é um paraíso para especialistas locais em guerra de guerrilhas.

Lá também há um grupo que adoptou a griffe "Al-Qaeda": é a "Al-Qaeda da Península Arábica" (depois de os militantes iemenitas se terem unido aos irmãos sauditas). Mas os seus chefes interessam-se muito menos pela revolução mundial do que pelas intrigas e pelas batalhas das tribos entre elas e com o governo "central" – uma realidade com história de milhares de anos. Só um doido absoluto poria a própria cabeça nesse travesseiro.

O nome lémen significa "a terra à direita". (Se se olha para Meca a partir do Oeste, o lémen fica à direita, com a Síria à esquerda.) A direita também conota felicidade; e o nome lémen é associado a al-Yamana, palavra em árabe para "estar feliz". Os romanos chamavam aquela terra de Arabia Felix ("Árbia Feliz"), porque era terra próspera, que enriqueceu no comércio de especiarias.

(Aliás, por falar nisso, talvez interessasse a Obama saber que outro líder de superpotência, César Augusto, tentou

uma vez invadir o lémen e foi rechaçado.). Se o americano tranquilo, na sua mistura de idealismo e ignorância, resolver levar para lá a democracia e as quinquilharias de sempre, porá fim a qualquer felicidade que lá ainda haja. Os EUA afundarão noutra pântano, dezenas de milhares de pessoas serão mortas. Tudo terminará em desastre.



É possível que o problema tenha raízes – inter alia – na arquitectura de Washington DC.

A cidade é tomada por prédios enormes, de ministérios e escritórios e serviços oficiais da única superpotência que há no mundo. As pessoas que trabalham lá sentem o poder tremendo daquele império. Olham para os chefes tribais do Afeganistão e do lémen como um rinoceronte olha as formigas que correm entre as suas patas. O rinoceronte caminha sem ver por cima das formigas. Mas alguma formiga sempre sobrevive.

Além do mais, o americano tranquilo faz pensar também no Mefistófeles do Fausto, de Goethe, que se auto-define como a força que "sempre quer o mal e sempre cria o bom". Só que ao contrário.

Tradução de Caia Fitipaldi, publicado na Carta Maior. Adaptado para Portugal por Luis Leiria.

Uri Avnery é jornalista, fundador do Gush Shalom (Bloco da Paz) israelita.

Um ano depois da chacina, a população de Gaza continua submetida a um cerco cruel, cada vez mais apertado porque o regime egípcio se junta agora ao de Israel para asfixiar o território enquanto a chamada comunidade internacional faz de conta que nada se passa.



O garrote de Gaza

POR JOSÉ GOULÃO

Há cerca de duas semanas um grupo de renomadas organizações não governamentais lançou o alerta: doze meses passados sobre a catástrofe imposta pelo governo e pelo exército de Israel à população indefesa de Gaza as instituições internacionais não cumpriram uma única das promessas de apoio e socorro feitas enquanto se desenrolava a tragédia. Na ocasião, muitos políticos, muitos governos, muitas organizações transnacionais multiplicaram declarações piedosas prometendo todas as formas de auxílio para que a população de Gaza - mais de milhão de meio de pessoas amassadas numa minúscula faixa com 300 quilómetros quadrados - pudesse passar a viver com um mínimo de dignidade.

Passado um ano, a situação tornou-se ainda mais grave. À morte súbita desencadeada pelos instrumentos de guerra sucedeu a morte lenta, agonia de que grande parte do mundo mal se apercebe porque não abre telejornais nem preenche manchetes. A não ser que um desesperado ou um fanático lance um artefacto mais ou menos artesanal para as costas das tropas sitiadas e então sim estamos perante um acto de terrorismo. O resto, o cerco asfixiante, insere-se nos rotineiros mecanismos defensivos do Estado de Israel.

Nos últimos dias voltaram a registar-se afloramentos de violência militar contra o território, diz-se que como resposta de Israel a novos lançamentos de "rockets" efectuados "pelo Hamas", afir-

mação que pode nem ser exacta tantos são os grupos e grupinhos que se reproduzem em Gaza, alimentados pelo desespero, pela revolta, pelo ódio perante uma situação que fecha por completo os horizontes dos que lhe estão sujeitos.

Ao mesmo tempo, o zelo de que o regime egípcio dá provas para tornar invulnerável a fronteira com Gaza exacerbou a impaciência dos habitantes do território ao constatarem que um país árabe "irmão" adopta um comportamento idêntico ao de Israel. É fácil perceber que o silêncio do governo da Autoridade Palestiniana e do presidente Mahmud Abbas perante o comportamento egípcio não facilita qualquer processo de reconciliação nacional, absolutamente necessário para que a resistência palestiniana volte a ter condições mínimas para lutar pelos seus direitos nacionais. Se, por absurdo, as autoridades de Ramallah estiverem a apostar na solução do problema do "enclave" fundamentalista de Gaza através do prolongamento do cerco, mais tarde ou mais cedo acabarão por pagar muito cara essa opção. As maiores vítimas serão, novamente, os palestinianos - tanto os de Gaza, como os da Cisjordânia, Jerusalém Leste e também os da diáspora, cada vez mais longe se verem reconhecidos e restaurados os seus direitos.

O território de Gaza é um dos mais afectados do mundo pelos problemas humanitários. Tem uma das maiores densidades populacionais do planeta, esmagadoramente dominada pelos

estratos mais jovens; não tem recursos naturais ou, devido ao cerco, não pode explorar os escassos que restam; não tem água, não tem condições sanitárias mínimas; o sistema de saúde está em ruptura; a habitação degrada-se, sobretudo a dos campos de refugiados, que já nasceu em condições improvisadas; a insalubridade é geral, o desemprego é absoluto e as réstias de trabalho dependem do crivo que Israel gere conforme as suas necessidades de mão-de-obra escrava de um território transformado em campo de concentração.

O regime egípcio de Hosni Mubarak alega que a criação do chamado "muro de aço" para vedar os túneis de acesso a Gaza se deve à necessidade de impedir o tráfico de armas, uma medida exigida por Israel de modo a que não sejam afectadas as relações entre os dois países. O Egipto, por sua vez, pretende que este gesto de "boa vontade" proporcione condições para relançar o processo de negociações entre israelitas e a Autoridade Palestiniana.

O "muro de aço" cancelará, talvez, o tráfico de armas. Mas, impede, pela certa, a entrada em Gaza de bens essenciais que só por essa via chegavam a Gaza e mitigavam, ainda que de modo muito limitado, as carências gerais. Um ano depois, a guerra contra Gaza trava-se com a arma da fome.

NOTA: Leia a versão integral em www.beinternacional.eu, o novo portal do Bloco no Parlamento Europeu.



Forças do comunismo

POR DANIEL BENSAÏD

Publicamos aqui o último artigo escrito por Daniel Bensaïd para a revista Contretemps, de que foi um dos fundadores. Filósofo, militante político e um dos mais importantes pensadores revolucionários dos anos do combate ao Império, Bensaïd faleceu a 12 de Janeiro de 2010.

Num artigo de 1843 sobre “os progressos da reforma social sobre o continente”, o jovem Engels (que acabara de fazer vinte anos) via o comunismo como “uma conclusão necessária que somos obrigados a tirar a partir das condições gerais da civilização moderna”.

Um comunismo lógico em suma, produto da revolução de 1830, onde os operários “regressam às fontes e amparam-se vivamente do comunismo de Babeuf”.

Para o jovem Marx, em contrapartida, esse comunismo não era ainda senão uma “abstracção dogmática”, uma “manifestação original do princípio do humanismo”. O proletariado nascente tinha-se “deitado nos braços dos doutrinários da sua emancipação”, das “seitas socialistas”, e dos espíritos confusos que “divagam em humanistas” sobre “o milénio da fraternidade universal” como “abolição imaginária das relações de classe”. Antes de 1848, o comunismo

espectral, sem programa preciso, assombrava portanto a época sob as formas “mal delineadas” das seitas igualitárias ou dos devaneios icarianos.

Já o adiantamento do ateísmo abstracto implicava um novo materialismo social que não era mais que o comunismo: “Tal como o ateísmo, como negação de Deus, é o desenvolvimento do humanismo teórico, tal como o comunismo, como negação da propriedade privada, é a reivindicação da verdadeira vida humana.” Longe de qualquer anticlericalismo vulgar, esse comunismo era “o desenvolvimento de um humanismo prático”, pelo qual não se tratava somente de combater a alienação religiosa, mas a alienação e a miséria social reais donde nasce a necessidade da religião.

Da experiência fundadora de 1848 à da Comuna, o “movimento real” tendendo à abolição da ordem estabelecida tomou forma e força, dissipando

as "obsessões sectárias" e ridicularizando "o tom de oráculo da infalibilidade científica". Dito de outro modo, o comunismo, que foi primeiro um estado de espírito ou um "comunismo filosófico", encontrou a sua forma política. Num quarto de século, cumpriu a sua transformação: dos seus modos de aparição filosóficos e utópicos, à forma política enfim encontrada da emancipação.

1. As palavras da emancipação não saíram indemnes dos tormentos do século passado. Pode-se dizer, como os animais da fábula, que eles não morreram todos, mas que todos foram gravemente atingidos. Socialismo, revolução, mesmo a anarquia, não tiveram melhor sorte que o comunismo. O socialismo foi cúmplice do assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburg, nas guerras coloniais e nas colaborações governamentais ao ponto de perder todo o conteúdo à medida que ganhava em extensão. Uma campanha ideológica metódica chegou a identificar aos olhos de muitos a revolução com a violência e o terror. Mas de todas as palavras ontem carregadas de grandes promessas e de sonhos progressistas, a do comunismo foi a que mais sofreu prejuízos pelo facto da sua captura pela razão burocrática de Estado e da sua submissão à empresa totalitária. A questão continua, todavia, em saber se, de todas essas palavras magoadas, se há algumas que vale a pena serem reparadas e postas em movimento.

2. É necessário para isso pensar o que se tornou o comunismo no século XX. A palavra e a coisa não poderiam continuar fora do tempo e das experiências históricas às quais foram submetidas. O uso massivo do título comunista para nomear o Estado liberal autoritário chinês será mais penoso durante bastante tempo, aos olhos do maior número, que as frágeis inovações teóricas e experimentais de uma hipótese comunista. A tentação de se furtar ao inventário histórico crítico equivaleria a reduzir a ideia comunista a "inventários" atemporais, a fazer disso um sinónimo das ideias indeterminadas de justiça ou de emancipação, e não a forma específica da emancipação na época da dominação capitalista. A palavra perde então em precisão política o que

ela ganha em extensão ética ou filosófica. Uma das questões fundamentais é saber se o despotismo burocrático é a continuidade legítima da revolução de Outubro ou o fruto de uma contra-revolução burocrática, comprovada não somente pelos processos, as purgas, as deportações massivas, mas pelos transtornos dos anos trinta na sociedade e no aparelho de Estado soviético.

3. Não se inventa um novo léxico por decreto. O vocabulário forma-se durante, através dos usos e experiências. Ceder à identificação do comunismo com a ditadura totalitária estalinista, seria capitular diante dos vencedores provisórios, confundir a revolução e a contra-revolução burocrática, e excluir assim o capítulo das bifurcações, o único aberto à esperança. O que seria cometer uma injustiça irreparável para com os vencidos, todos eles e elas, anónimos ou não, que viveram apaixonadamente a ideia comunista e que a fizeram viver contra as suas caricaturas e falsificações. Desonra aos que deixaram de ser comunistas ao deixarem de ser estalinistas e que só foram comunistas enquanto foram estalinistas [1]!

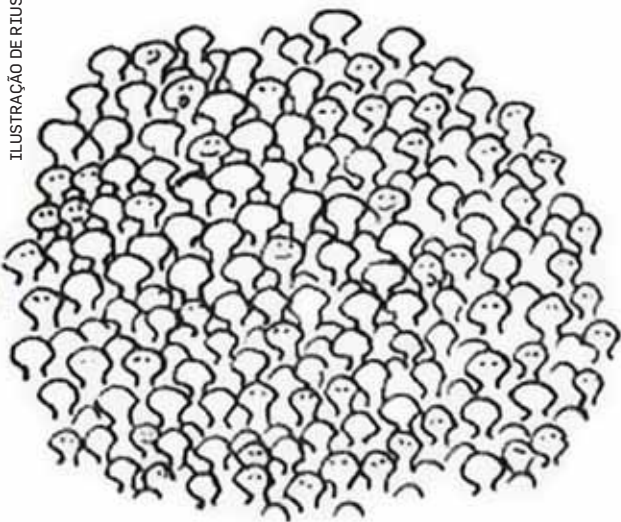
4. De todas as maneiras de nomear "o outro", necessário e possível, do imundo capitalismo, a palavra comunismo é aquele que conserva o maior sentido histórico e de carga programática explosiva. É aquela que evoca melhor o comum da partilha e da igualdade, a partilha do poder, a solidariedade oposta ao cálculo egoísta e à concorrência generalizada, a defesa dos bens comuns da humanidade, naturais e culturais, a extensão de um domínio de gratuitidade (desmercantilização) dos serviços aos bens de primeira necessidade, contra a predação generalizada e a privatização do mundo.

5. É também o nome de uma medida da riqueza social diferente da lei do valor e da evolução mercantil. A concorrência "livre e sem falsidade" assenta sobre "o roubo do tempo de trabalho do outro". Ela pretende quantificar o inqualificável e reduzir à sua miserável comum medida pelo tempo de trabalho abstracto a incomensurável relação da espécie humana às condições naturais da sua reprodução. O comunismo é o nome de um outro critério de riqueza, de um desenvolvimento ecológico

qualitativamente diferente da corrida quantitativa ao crescimento. A lógica da acumulação do capital exige não somente a produção para o lucro, e não para as necessidades sociais, mas também "a produção de novo consumo", o alargamento constante do círculo do consumo "pela criação de novas necessidades e pela criação de novos valores de uso": "Donde a explosão da natureza inteira" e "a explosão da terra em todos os sentidos". Esta desmedida devastadora do capital baseia a actualidade dum eco-comunismo radical.

6. A questão do comunismo, é primeiro, no Manifesto comunista, a da propriedade: "Os comunistas podem resumir a sua teoria nesta formula única: supressão da propriedade privada dos meios de produção e de troca, a não confundir com a propriedade individual dos bens de uso. Em "todos os movimentos", eles "avançam a questão da propriedade, qualquer que seja o grau de evolução que ela possa ter chegado, como a questão fundamental do movimento". Sobre os dez pontos que concluem o primeiro capítulo, sete dizem respeito às formas de propriedade: a expropriação da propriedade fundiária a afectação da renda fundiária às despesas do Estado; a instauração de uma fiscalidade fortemente progressiva; a supressão da herança dos meios de produção e de troca; a confiscação dos bens dos emigrados rebeldes; a centralização do crédito num banco público a socialização dos meios de transporte e a instauração de uma educação pública e gratuita para todos; a criação de fábricas nacionais e o desbravamento de terras incultas. Essas medidas tendem todas em estabelecer o controlo da democracia política sobre a economia, a primazia do bem comum sobre o interesse egoísta, do espaço público sobre o espaço privado. Não se trata de abolir todas as formas propriedade, mas da "propriedade privada de hoje, a propriedade burguesa", "o modo de apropriação" fundado sobre a exploração de uns pelos outros.

7. Entre dois direitos, o dos proprietários em se apropriarem dos bens comuns e o dos despossuídos à existência, "é a força que resolve", disse Marx. Toda a história moderna da luta de classes, da guerra dos camponeses



na Alemanha às revoluções sociais do último século, passando pelas revoluções inglesa e francesa, é a história desse conflito. Resolve-se pela emergência de uma legitimidade oposta à legalidade dos dominantes. Como *"forma política enfim encontrada da emancipação"*, como *"abolição"* do poder de Estado, como realização da República social, a Comuna ilustra a emergência desta legitimidade nova. A sua experiência inspirou as formas de auto-emancipação e autogestão populares surgidas nas crises revolucionárias: conselhos operários, soviets, comités de milícias, cordões industriais, associações de vizinhos, comunas agrárias, que tendem a desprofissionalizar a política, em modificar a divisão social do trabalho, a criar as condições do desaparecimento do Estado como corpo burocrático separado.

8. Sob o domínio do capital, qualquer progresso aparente tem a sua contrapartida de regressão e de destruição. Ele consiste *"em mudar a forma de servidão"*. O comunismo exige outra ideia e outros critérios diferentes do rendimento e da rentabilidade monetária. A começar pela redução drástica do tempo de trabalho obrigatório e a mudança da própria noção de trabalho: não poderia haver desenvolvimento individual no lazer ou no *"tempo livre"* enquanto que o trabalhador continuar alienado e mutilado no trabalho. A perspectiva comunista exige também uma mudança radical da relação entre

o homem e a mulher: a experiência da relação entre os géneros é a primeira experiência da alteridade e também enquanto subsistir essa relação de opressão, todo o ser diferente, pela sua cultura, sua cor de pele, ou sua orientação sexual, será vítima de formas de discriminação. O progresso autêntico reside enfim no desenvolvimento e na diferenciação das necessidades cuja combinação original faça a escolha de cada um e cada uma um ser único, cuja singularidade contribua ao enriquecimento da espécie.

9. O Manifesto concebe o comunismo como *"uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos"*. Ele aparece assim como a máxima de um livre desenvolvimento individual que não se pode confundir, nem com as miragens de um individualismo sem individualidade submetido ao conformismo publicitário, nem com o igualitarismo grosseiro de um socialismo de quartel. O desenvolvimento das necessidades e das capacidades singulares de cada um e cada uma contribui ao desenvolvimento universal da espécie humana. Reciprocamente, o livre desenvolvimento de cada um e cada uma implica o livre desenvolvimento de todos, porque a emancipação não é um prazer solitário.

10. O comunismo não é uma ideia pura, nem um modelo doutrinário de sociedade. Ele não é o nome de um regime estatal, nem tampouco

de um novo modo de produção. É o do movimento que, em permanência, ultrapassa/suprime a ordem estabelecida. Mas ele é também o objectivo que surge desse movimento, orienta e permite, contra políticas sem princípio, acções sem seguimento, improvisações no dia a dia, de determinar o que aproxima do objectivo e o que o afasta. A esse respeito, é, não um conhecimento científico do objectivo e do caminho, mas uma hipótese estratégica reguladora. Ele nomeia indissociavelmente o sonho irreduzível de outro mundo de justiça, de igualdade e de solidariedade; o movimento permite que vise o derrube da ordem existente na época do capitalismo; e a hipótese que orienta esse movimento para uma mudança radical das relações de propriedade e de poder, longe das acomodações com um mal menor que seria o mais curto caminho para o pior.

11. A crise, social, económica, ecológica e moral de um capitalismo que não vai mais longe que os seus próprios limites senão à custa de uma desmedida e de um desatino crescentes, ameaçando ao mesmo tempo a espécie e o planeta, coloca na ordem do dia *"a actualidade de um comunismo radical"* que invoca [Walter] Benjamin diante dos perigos de entre as duas guerras.

1. Ver Dionys Mascolo, *A recherche d'un communisme de pensée*, Éditions Fourbis, 2000, p. 11



Jornadas Parlamentares

POR ANDRÉ PIRES

O Bloco de Esquerda definiu para tema das suas Jornadas Parlamentares o Orçamento de Estado e a “Responsabilidade social contra a crise: orçamento e políticas de emprego”. O Bloco de Esquerda quer estar onde estão os problemas oferecendo soluções claras para os solucionar, razão pela qual realiza estas Jornadas em Faro, um distrito que no último ano duplicou o número de desempregados e desempregadas e onde não tem havido resposta política para os problemas sociais gritantes que aqui se vivem.

A escolha do Orçamento e Políticas de Emprego deve-se à actual conjuntura, marcada por uma crise económica e por números incríveis de desemprego, mais de 600 mil pessoas estão actualmente sem trabalho, correspondendo este ao mais alto número de sempre em Portugal. Uma política de esquerda deve, em primeiro plano, responder a este enorme flagelo. É necessário, um orçamento de Estado que esteja orientado para a criação de emprego, que combata os despedimentos e que tenha a coragem de enfrentar a precariedade.

O debate central das Jornadas, subordinado ao emprego e orçamento, contou com as presenças de Manuela Silva, economista, professora universitária e presidente da Comissão Nacional Justiça e Paz, António Goulart, coordenador da União de Sindicatos do Algarve e com Cristina Andrade, da plataforma FERVE (Fartos destes Recibos Verdes), para além de deputados e deputadas do Bloco. No debate foram abordados os temas da reabilitação

urbana, do desemprego e do trabalho sem direitos, ligado às questões da imigração e precariedade.

A parte da tarde foi consagrada a várias visitas. Em São Brás de Alportel foi discutida a micro-produção com técnicos de algumas Associações locais e os problemas sentidos pelos produtores ao nível da exploração florestal e da transformação agro-alimentar. Com as associações de pescadores, viveiristas, mariscadores armadores, discutimos em Olhão a situação das pescas na costa Algarvia. Foi ainda realizada uma visita guiada ao Museu da Cortiça de Silves, seguindo-se um debate com o seu director.

O contexto destas jornadas insere-se na negociação do Orçamento de Estado em que o Partido Socialista reúne com os partidos da oposição de forma a encontrar o caminho para aprovar um orçamento que não irá enfrentar o problema do emprego e que deixa, no essencial, impunes todos aqueles que contribuíram para a crise económica, nomeadamente os banqueiros que continuam a esconder os seus milhões nos offshores, fugindo impunemente aos impostos.

O Bloco de Esquerda também reuniu com o Governo para apresentar as propostas urgentes e realistas de combate à crise e ao desemprego. No entanto, Sócrates continua a preferir dialogar com os partidos à direita ou a negociar “orçamentos limianos”, o que levará a um orçamento que não irá responder aos problemas de quem trabalha. Nunca fugimos do entendimento respon-

sável para a área do emprego, para a justiça social e para a justiça fiscal, mas o PS escolheu o caminho contrário que o Bloco nunca poderia aceitar.

A questão do orçamento é fundamental para a Esquerda, a quem cabe liderar a defesa da equidade e da responsabilidade fiscal. Assim, no final das Jornadas Parlamentares, o Bloco de Esquerda comprometeu-se a apresentar um programa para a Certificação das Contas do Estado, comprometendo todos os organismos estatais a prestar contas e a identificar os objectivos de acção para os próximos cinco anos. Ao nível da contenção estatal, o Bloco propõe medidas de emergência contra o despesismo, restabelecendo limites impositivos reduzidos de forma a tornar o concurso público a regra de acção económica do Estado. Também ao nível das contas de empresas públicas, o Bloco propõe medidas de transparência e rigor, como o pedido de uma sindicância ao Tribunal de Contas dos programas económicos e sociais do Estado. Finalmente, durante o ano de 2010, o Bloco pretende corrigir os benefícios fiscais do Estado, exigindo a simplificação do Estatuto dos Benefícios Fiscais e a anulação de benefícios que provocam despesa fiscal sem benefícios para a economia. Com efeito, o maior benefício fiscal em Portugal é o da actividade financeira na Zona Franca da Madeira, que custa a todos os contribuintes, cerca de 1900 milhões de euros por ano, sem criar um único emprego ou qualquer actividade económica.

Nova sede nacional

2010 é o ano da nova sede nacional do Bloco. As obras estão quase concluídas e a abertura ocorrerá ainda este trimestre.



Novo portal do Bloco no Parlamento Europeu

www.beinternacional.eu



OE'2010 confirma "estratégia irresponsável" do Governo Sócrates

A Mesa Nacional do Bloco criticou duramente o acordo do Governo com a direita para a aprovação do Orçamento de Estado para 2010, considerando-a "uma violação do contrato eleitoral". Por seu lado, o Bloco compromete-se a apresentar no debate do OE'2010, as propostas que decorrem do seu programa eleitoral e que se concentram na criação de emprego e protecção das desempregadas e desempregados.

A direcção bloquista considerou ainda que o acordo do PS com a direita

"protege a especulação", ao retirar a sua promessa eleitoral de aplicar de aplicar um imposto sobre as mais-valias bolsistas, seguindo a regra europeia. Ora, as dez pessoas cujos patrimónios imobiliários se valorizaram em 5 mil milhões de euros, em 2009, teriam que pagar mil milhões de imposto se tivessem comprado e vendido as acções nesse ano e se houvesse um imposto mínimo, e não pagarão nada se se mantiver a situação actual. "O rigor fiscal financeira dois anos de acesso ao subsídio de desemprego para todos os que dele precisam para viver. O governo preferiu beneficiar dez especuladores", diz a resolução aprovada.

"Pacote de Ensino" para o Superior

O Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia da República um Pacote legislativo para o Ensino Superior, composto pela revogação do sistema de pagamento de propinas no ensino superior público, pela adopção do Sistema Plurianual de Financiamento das Instituições de Ensino Superior Público e pela aplicação de um Novo Regime de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior.

Em visita à Faculdade de Ciências de Lisboa, José Soeiro e Francisco

Louçã exigiram a revogação total do sistema de pagamento de propinas, considerando que as mesmas em nada aumentaram a qualidade do ensino público e só conduziram à sua progressiva elitização. Sobre o novo regime de atribuição de bolsas de estudo, o Bloco pretende substituir os escalões de acesso às bolsas por um modelo "linear e contínuo" a partir do qual cada bolseiro receberá a diferença entre a capitação mensal do seu agregado e o tecto de 630 euros (actualmente de 540 euros), considerado o mínimo pelo Bloco para atribuição de bolsa aos estudantes carenciados.





Bloco lança petição

O Bloco está na rua a recolher assinaturas para uma petição em defesa do alargamento do subsídio de desemprego.

Quem descontou 6 meses no último ano não pode ficar sem protecção social. Por isso, assina e divulga esta petição em:

www.esquerda.net/desemprego

Investigação às falências fraudulentas



O deputado Pedro Filipe Soares questionou o governo sobre a actuação da Autoridade para as Condições de Trabalho e dos Ministérios do Trabalho e Segurança Social e da Economia, Desenvolvimento e Inovação na investigação sobre as suspeitas de fraude nas falências de empresas. O Bloco quer saber quantas empresas se encontram sob investigação por suspeita de falência fraudulenta e quantas falências fraudulentas foram identificadas neste período. Além disto, à ACT também perguntou sobre os meios disponíveis, quer humanos, quer logísticos para a investigação de todas as suspeitas e se estes são de facto suficientes.

Embora considere a difícil situa-

ção vivida pelo sector empresarial em Portugal, o Bloco de Esquerda está também consciente da existência de falências fraudulentas a que certos empresários recorreram, abstando-se do cumprimento das suas obrigações para com os trabalhadores e para depois abrirem portas de uma nova empresa.

Marisa Matias em Gaza

Uma delegação de parlamentares europeus de 13 países deslocou-se a Gaza a convite da Campanha Europeia para o Fim do Cerco a Gaza (The European Campaign to End the Siege of Gaza – www.savegaza.eu). A eurodeputada do Bloco de Esquerda foi a única portuguesa que integrou a visita, também na qualidade de membro da Delegação de Relações com o Conselho Legislativo Palestino e da Delegação de Relações com Países do Mashreq (Egipto, Jordânia, Líbano e Síria).

A delegação encontrou-se com Ismail Haniya, primeiro-ministro reconhecido pelo Conselho Legislativo Palestino e líder do Hamas. A reconciliação entre as facções palestinianas foi o tema do encontro e Haniya disse estar disposto a dialogar com a Fatah sob mediação egípcia. Em resposta, a

delegação desafiou o líder do Hamas a transmitir directamente essa mensagem aos líderes políticos da Europa e EUA.

A maior delegação parlamentar de sempre a entrar em Gaza reuniu também com o Conselho Legislativo Palestino e com diversas ONGs que actuam no território. De regresso ao Cairo, Marisa Matias e a delegação encontraram-se com dignitários egípcios e da Liga Árabe.



> *O que fará um governo de esquerda socialista?*

27 E 28 DE FEVEREIRO 2010

A Cultra promove durante um fim de semana um ciclo de dez debates para discutir práticas políticas possíveis para uma governação à esquerda. As sessões terão duração de uma hora e meia, com um orador (50 minutos), um comentador (20 minutos) e debate (20 minutos). Participam nos debates alguns deputados e especialistas em cada um dos temas de discussão. A entrada é livre.

Os temas em discussão serão "Política económica e financeira" (com **FRANCISCO LOUÇÃ E JOÃO FERREIRA DO AMARAL**), "Política do trabalho e da segurança social" (com **CARVALHO DA SILVA E MARIANA AIVECA**), "Política de saúde" (com **JOÃO SEMEDO E ISABEL DO CARMO**), "Política das cidades e ordenamento territorial" (com **HELENA ROSETA E MÁRIO VALE**), "Política do ambiente e energia" (com **FRANCISCO FERREIRA E RITA CALVÁRIO**), "Política de desenvolvimento rural e das pescas" (com **FERNANDO OLIVEIRA BAPTISTA E PEDRO SOARES**), "Política de igualdade" (com **VIRGÍNIA FERREIRA**), "Política de justiça" (com **CONCEIÇÃO GOMES E TEIXEIRA DA MOTA**), "Política de educação" (com **ANTÓNIO NÓVOA E ANA DRAGO**) e "Política externa e de defesa" (com **JOSÉ MANUEL PUREZA E PEZARAT CORREIA**).



Mais informações através do site
www.cultra.pt :: info@cultra.pt

cul:trа